
A POLÍTICA DE DROGAS NA MÍDIA: AGENTES E ARGUMENTOS PRESENTES NO JORNAL ZERO HORA DE 2003 A 2016¹

DRUG POLICY IN THE MEDIA: AGENTS AND ARGUMENTS PRESENTED AT JORNAL ZERO HORA FROM 2003 TO 2016

POLÍTICA DE DROGAS EN LOS MEDIOS: AGENTES Y ARGUMENTOS PRESENTES EN EL DIARIO ZERO HORA DE 2003 HASTA 2016

Cristiano Nicola Ferreira²

Resumo

Com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal, em 2003, era esperado uma ampliação de oportunidades políticas para atores e propostas voltados à alteração da lógica proibicionista predominante na política de drogas brasileira. Tal alteração, no entanto, não ocorreu. Neste sentido, o artigo busca contribuir com a discussão sobre os motivos da não alteração da lógica proibicionista identificando os principais agentes que fizeram o debate sobre a Política de Drogas na mídia; verificando quais foram os argumentos mais mobilizados para defenderem suas posições; e, por fim, identificando se a mídia deu ou não mais espaço para o movimento proibicionista. Para realizar a pesquisa, foram coletados no acervo do Jornal Zero Hora, todas as reportagens sobre a temática das drogas, no período de 2003 a 2016. Esses arquivos foram lidos e categorizados com o auxílio do software de análise qualitativa de dados NVivo. O estudo mostra que teve um aumento do interesse sobre a temática ao longo dos anos; que a inserção de agentes como o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso abriu portas para o aumento da presença da coalizão antiproibicionista na mídia; que houve uma mudança no discurso da coalizão proibicionista após 2011, quando ela começou a usar argumento da saúde pública para justificar a necessidade do proibicionismo.

¹ Agradeço às sugestões das/dos editoras/res da Revista Contraponto UFRGS e, especialmente, aos comentários e sugestões do professor dr. Marcelo Kunrath Silva, que muito contribuíram à construção e elaboração do texto. O presente trabalho foi realizado com o apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa - UFRGS - Brasil.

² Graduando em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e integrante do Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento (GPACE-UFRGS). E-mail: nicolaferreira.cristiano@gmail.com.

Palavras-Chave: Movimentos Sociais; Antiproibicionismo; Proibicionismo; Política de Drogas; Mídia.

Abstract

With the rise of the Partido dos Trabalhadores (PT) to power in 2003, an expansion of political opportunities for actors and proposals aimed at changing the prevailing prohibitionist logic in Brazilian drug policy was expected. Such a change, however, did not occur. In this sense, the article seeks to contribute to the discussion on the reasons for not changing the prohibitionist logic, identifying the main agents that made the debate on the Drug Policy in the media; verifying which were the most mobilized arguments to defend their positions; and, finally, identifying whether or not the media gave more space to the prohibitionist movement? To carry out the research, all reports on the theme of drugs were collected from the collection of Jornal Zero Hora, from 2003 to 2016. These files were read and categorized with the aid of NVivo qualitative data analysis software. The study shows that there has been an increase in interest on the subject over the years; that the insertion of agents such as ex-president Fernando Henrique Cardoso opened doors for the increased presence of the anti-prohibitionist coalition in the media; that there was a change in the speech of the prohibitionist coalition after 2011, when it began to use the public health argument to justify the need for prohibitionism.

Keywords: Social Movements; Antiprohibitionism; Prohibitionism; Drug Policy; Media.

Resumen

Con el ascenso del Partido dos Trabalhadores (PT) al gobierno federal en 2003, se esperaba una expansión de oportunidades políticas para los actores y propuestas destinadas a cambiar la lógica prohibicionista imperante en la política de drogas brasileña. Sin embargo, tal cambio no se produjo. En este sentido, el artículo busca contribuir a la discusión sobre las razones para no cambiar la lógica prohibicionista, identificando los principales agentes que hicieron el debate sobre la Política de Drogas en los medios de comunicación; verificar cuáles fueron los argumentos más movilizados para defender sus posiciones; y, finalmente, identificar si los medios le dieron más espacio al movimiento prohibicionista o no. Para llevar a cabo la investigación, todos los informes sobre el tema de las drogas se recolectaron de la colección del diario Zero Hora de 2003 hasta 2016. Estos archivos fueron leídos y categorizados con la ayuda del software de análisis de datos cualitativos NVivo. El estudio muestra que ha habido un aumento en el interés por el tema a lo largo de los años; que la inserción de agentes como el ex-presidente Fernando Henrique Cardoso abrió las puertas para una mayor presencia de la coalición anti-prohibicionista en los

medios de comunicación; que hubo un cambio en el discurso de la coalición prohibicionista después de 2011, cuando comenzó a utilizar el argumento de la salud pública para justificar la necesidad del prohibicionismo.

Palabras clave: Movimientos sociales; Antiprohibicionismo; Prohibicionismo; Política de Drogas; Medios de comunicación.

INTRODUÇÃO

A dicotomia entre o proibicionismo e a legalização das drogas ocupa boa parte do debate teórico, da mídia e dos agentes políticos no plano mundial. Essas questões são abordadas em diversas perspectivas, tais como pelo viés econômico e pelo ângulo da saúde ou segurança públicas (LUNARDON, 2015). Os usos de substâncias consideradas alteradoras de consciência se confundem com o desenvolvimento da humanidade como a conhecemos, enquanto o proibicionismo em relação a tais usos se intensificou no século XX (CARNEIRO, 2018; LEAL, 2017; TORCATO, 2013). A partir da década de 2000, mediante o crescente reconhecimento da ineficácia do proibicionismo, passa a emergir no Brasil o que denominamos neste trabalho de movimento antiproibicionista³ (BOITEUX, 2015; TAFFARELLO, 2009; VALOIS, 2019). Este movimento é constituído por uma rede heterogênea de agentes que confrontam o proibicionismo na política de drogas, rejeitam o modelo da “guerra às drogas” e advogam novas formas de definir e lidar com essa questão (LEAL, 2017).

Por entender os movimentos sociais como uma rede heterogênea, adota-se a definição conceitual de Diani (2000), segundo a qual movimentos sociais são redes informais de agentes (organizações, grupos e indivíduos), engajadas em conflitos e que se estruturam em torno de identidades compartilhadas. Neste sentido, o movimento antiproibicionista que estamos tratando não é um ator unificado, mas sim uma rede complexa, heterogênea e, em geral, conflitiva.

³ No presente trabalho é adotada a década de 2000 como o período de emergência do movimento antiproibicionista, devido as maiores oportunidades políticas para a ação, bem como, por mudanças culturais voltadas à politização das práticas cotidianas, o que se caracteriza pela emergência das Marchas da Maconha, veganismo, cicloativismo etc. Mas é importante dizer que na década de 70, 80 e 90 tiveram mobilizações sociais sobre a questão da maconha em vários estados do país, além de episódios marcantes como o Verão da Lata, em 1987 (LEAL, 2017).

Com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal, em 2003, e sua permanência na presidência da república ao longo de quatorze anos, seria esperado uma ampliação de oportunidades políticas para atores e propostas voltadas à alteração da lógica proibicionista predominante na política de drogas brasileira. Tal alteração, no entanto, não ocorreu. Ocorreram algumas mudanças específicas, tal como a implantação da redução de danos no subsistema de saúde pública, mas não a alteração da lógica proibicionista. Um dos argumentos encontrados na literatura para essa não alteração é, justamente, o papel desempenhado pela mídia, que estigmatiza o movimento antiproibicionista e favorece o proibicionista dando mais espaço e visibilidade (CHAGAS, 2011; LUNARDON, 2015; SOUSA, 2013). Este é um dos pontos que este trabalho pretende problematizar e testar empiricamente.

Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo identificar os principais agentes que participaram do debate sobre a Política de Drogas na mídia; verificar quais foram os argumentos mais mobilizados para defenderem suas posições; e, por fim, verificar empiricamente: a mídia dá mais espaço para o movimento proibicionista ou não? Desta forma, o trabalho se estrutura em três partes: sendo a primeira destinada a apresentar o desenho da pesquisa e as técnicas de coleta de dados; enquanto a segunda mostra e discute os resultados encontrados na pesquisa; e, por fim, nas considerações finais são apresentadas as conclusões. Convém explicar que este trabalho está vinculado ao projeto “O Movimento Antiproibicionista e a Política de Drogas no Brasil (2003-2016)⁴” que busca explicar o relativo fracasso do Movimento Antiproibicionista no sentido de alterar a lógica proibicionista subjacente à Política de Drogas no Brasil, durante os governos do PT na Presidência da República.

DESENHO DA PESQUISA E TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

Esta parte do trabalho visa apresentar o desenho metodológico da pesquisa, bem como as técnicas utilizadas para a coleta e categorização dos dados. Para isso,

⁴ Projeto de Pesquisa desenvolvido no Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (GPACE/UFRGS), sob coordenação do Professor Doutor Marcelo Kunrath Silva.

ela se divide em três partes: a primeira, busca apresentar a justificativa pela escolha da fonte de coleta de dados, no caso, o jornal Zero Hora; enquanto que a segunda, falará sobre as técnicas de coleta de materiais no jornal; e, por fim, na última parte é apresentado os procedimentos de análise a partir das teorias que mobilizaram a estruturação para a categorização das reportagens no software NVivo.

MOTIVOS PARA A ESCOLHA DO JORNAL ZERO HORA

Para realizar a pesquisa, optou-se por ter como fonte de dados o jornal Zero Hora. Ele é um veículo de comunicação mantido pelo Grupo RBS e reconhecido por ser “o maior jornal do Rio Grande do Sul” devido a sua estrutura e tempo de atuação (FERNANDES, 2016). O Grupo RBS forma o maior grupo do setor de comunicações do país fora do Eixo Rio-São Paulo e atualmente é líder na área de comunicação nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (FERNANDES, 2016). Em um levantamento⁵ realizado pelo Instituto Verificador de Comunicação (IVC) sobre a circulação e tiragem, o jornal Zero Hora ficou em 5º lugar nacional, com mais de 200 mil exemplares diários.

A relevância estadual e nacional do jornal Zero Hora, aliada com a praticidade de estar localizado em Porto Alegre, cidade em que o pesquisador reside, o credencia como uma boa fonte de dados. Porém, não foram somente esses motivos que justificaram a decisão. Um outro ponto importante é o fato de que a maior parte das pesquisas referentes às drogas na mídia foram feitas em veículos do Eixo Rio-São Paulo. Fazendo uma busca rápida com o nome de jornais e a palavra drogas na ferramenta de buscas acadêmicas da Google (Google Scholar), para o jornal Folha de São Paulo retorna perto de 14 mil resultados; para O Globo, mais de 60 mil é a quantidade de retornos; enquanto que para o jornal Zero Hora tem um pouco mais de 3 mil resultados. Neste sentido, a escolha pelo jornal Zero Hora também se faz importante pela pouca quantidade de estudos sobre drogas no veículo. Além disso, não foi encontrado trabalhos que abordem o posicionamento do Jornal Zero Hora sobre as drogas ao longo do tempo.

⁵ O levantamento pode ser acessado na biblioteca do Media Ownership Monitor Brasil, através do seguinte endereço: <https://brazil.mom-rsf.org/br/biblioteca/>.

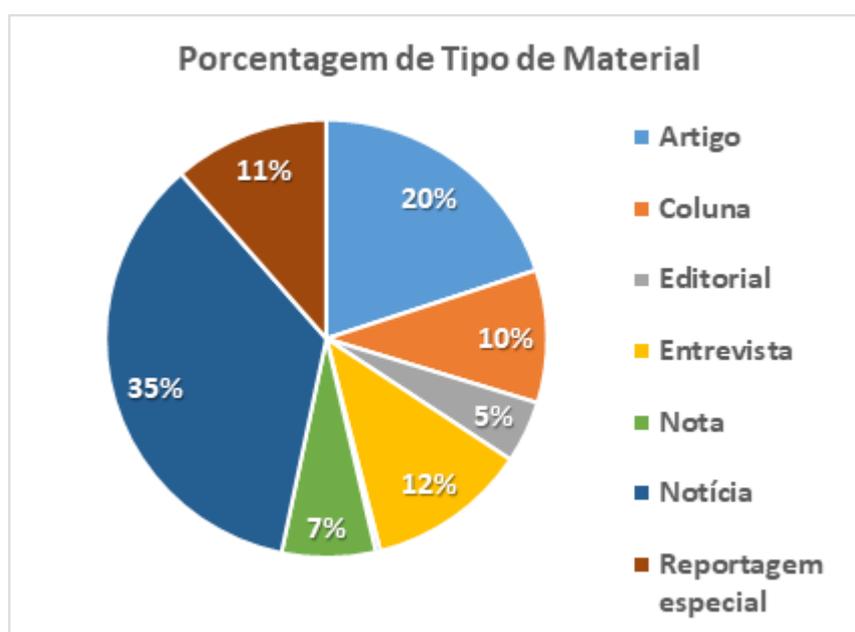
TÉCNICAS PARA A COLETA DE DADOS

Para fazer a coleta dos dados para a pesquisa, foram realizadas visitas ao Centro de Informações do jornal para acessar o acervo do mesmo. Foram usados variados termos de pesquisa, com o objetivo de coletar se não a completude, a maior parte dos materiais publicados no jornal ao longo dos 13 anos de abrangência da pesquisa. Os termos de busca usados foram os seguintes: “política de drogas + descriminalização”; “política de drogas”; “política de drogas + criminalização”; “criminalização + drogas”; “descriminalização + drogas”; “maconha + descriminalização”; “marcha da maconha”; e, “descriminalização das drogas”. O uso o sinal de adição (+) na composição dos termos de busca, significa que os retornos desejados para a consulta são reportagens que contenham a palavra anterior e posterior ao sinal no documento. Também foi escolhido usar como termo de busca a substância maconha, pois boa parte do debate sobre a política de drogas que vai à mídia acaba sendo centrada nesta substância. Isso pode ser validado através da quantidade de estudos encontrados sobre a maconha, bem como pelas palavras mais usadas ao longo dos anos no material coletado para a presente pesquisa - em todos, a palavra mais usada foi maconha.

Com esses termos de buscas, foram obtidos um total de 305 documentos. Os quais foram lidos e categorizados com o auxílio do software de análise qualitativa de dados Nvivo 11. Eles foram diferenciados por tipo de conteúdo. Na Figura 1, podemos ver a porcentagem dos tipos de materiais coletados. A diferenciação entre esses tipos de materiais foi baseada na categorização proposta por Fernandes (2016), segundo a qual: o artigo (61 documentos e 20%) é um conteúdo opinativo e analítico; a coluna (30 documentos e 10%) também é um conteúdo opinativo e analítico, porém difere-se do artigo por ser publicada por uma pessoa que escreve frequentemente para o jornal; o editorial (14 documentos e 5%) é um texto opinativo e analítico que representa o posicionamento do veículo midiático; a entrevista (36 documentos e 12%) é uma coleta de declarações para serem divulgadas através dos meios de comunicação; a nota (21 documentos e 7%) é um conteúdo descritivo dos fatos, só que sucinta (Fernandes considera uma nota a notícia que tiver menos de 4 parágrafos); a notícia (108 documentos e 35%) também é um conteúdo descritivo dos fatos, só que mais

extensa do que a nota; e, por fim, a reportagem especial (35 documentos e 11%) é um conteúdo descritivo dos fatos, só que mais denso e extenso com relação à discussão sobre um tema específico. Este último tipo não faz parte do trabalho de Fernandes (2016), mas é relevante para esta pesquisa, por ter um número significativo de documentos e normalmente acompanhar os editoriais do jornal.

Figura 1 – Porcentagem dos tipos de materiais coletados



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Para a análise do material, utilizou-se como suporte o programa informacional CAQDAS (*Computer Aided Data Analysis Software*) NVivo 11. A partir dos recursos oferecidos pelo programa foi realizado o processo de codificação do material coletado.

É possível realizar a codificação do material de duas formas: a partir de uma lista pré-definida de categorias ou através da criação das categorias à medida que se consulta a base de dados (TEIXEIRA; BECKER, 2001; FERNANDES, 2016). No presente estudo, optou-se por usar ambas as maneiras. A partir da leitura dos materiais, foram sendo criadas categorias referentes aos agentes ou argumentos presentes nos documentos; porém, elas não foram criadas livremente, mas sim,

orientadas pelo enquadramento teórico da pesquisa que será explicado nos próximos parágrafos.

O primeiro conceito que integra o enquadramento teórico da pesquisa é o de campos de ação estratégica, tal como desenvolvido por Fligstein e McAdam (2011; 2012a; 2012b). Ele nos diz que a realidade social é composta por estruturas relacionais, conceituadas como campos de ação estratégica. Tais campos seriam arenas relacionais, baseadas em entendimentos compartilhados e socialmente construídos, nas quais agentes disputam recursos e benefícios variados. Essa teoria argumenta que o campo tende a ser um espaço de conflito entre diferentes redes de agentes que buscam dominá-lo. No caso do presente estudo, o campo seria a política de drogas no Brasil, enquanto que as diferentes redes de agentes correspondem às coalizões antiproibicionista e proibicionista que disputam a definição da política de drogas.

Já o segundo conceito incorporado é o de subsistemas de políticas públicas, elaborado por Sabatier e Jenkins-Smith (1993). Ele enfatiza o caráter plural e heterogêneo do Estado, que se encontra dividido em diferentes subsistemas de políticas, cada qual com sua trajetória e configuração específica. Assim, cada subsistema é formado por uma rede particular de agentes, os quais detêm os recursos e os interesses que os habilitam a participar das disputas sobre a definição das políticas setoriais que competem ao subsistema. Essa abordagem dos subsistemas permite ver que o Estado não apresenta oportunidades ou limitações homogêneas para as demandas e causas dos movimentos sociais, mas sim, apresenta oportunidades e limitações variáveis a depender do subsistema com o qual o movimento se relaciona. No presente estudo, o conceito de subsistemas de políticas públicas serviu para fazer uma diferenciação entre os dois subsistemas que centralizam a discussão sobre a política de drogas, o da segurança e saúde públicas. Ou seja, essa conceituação permite identificar se os agentes abordam a política de drogas como sendo referente a um problema de segurança pública ou se a abordam como uma questão de saúde pública.

Por fim, uma última contribuição que foi incorporada ao instrumental teórico para a análise é o conceito de fluxos múltiplos. Este conceito foi desenvolvido por Kingdon (2014) para analisar o processo da definição da agenda das políticas

públicas. Para Kingdon, este processo é altamente complexo e relativamente contingente, pois depende da articulação entre três fluxos que operam com relativa independência: o fluxo de problemas, que aborda os processos de construção dos problemas sociais e as tentativas de transformá-los em problemas que devem ser tratados prioritariamente pelo Estado; o fluxo de soluções, que foca nos processos de construção de propostas que respondam a potenciais problemas a serem enfrentados através de políticas públicas; e o fluxo da política, que foca em características do ambiente político, tanto internas quanto externas às instituições políticas, que ampliam ou diminuem as oportunidades para a incorporação de um tema à agenda de políticas públicas. No material analisado, foram mobilizados somente os fluxos de problema e de solução, pois as construções argumentativas das coalizões em disputa basearam-se em encontrar e destacar problemas nas propostas apresentadas pelos adversários e apresentar soluções a eles ou, ainda, encontrar problemas e apresentar soluções à lógica predominante na política de drogas.

Na Figura 2, é apresentada uma exemplificação de como foram estruturadas as categorias no NVivo11 a partir do enquadramento teórico da pesquisa. Nota-se que a categoria mais abrangente é a de subsistema (no caso, o subsistema de saúde pública). No seu interior são identificadas as coalizões antiproibicionista e proibicionista, que disputam o campo da política de drogas no Brasil. Por fim, dentro de cada coalizão há os fluxos de problema e de solução, nos quais ficam os argumentos utilizados para defender as posições dos agentes pertencentes à coalizão. O mesmo foi feito com o subsistema da segurança pública.

Figura 2 – Estrutura das Categorias no NVIVO 11

+	●	Saúde	134
+	●	Coalizão Antiproibicionista	69
+	●	Fluxo de Problemas	25
+	●	Fluxo de Soluções	58
+	●	Coalizão Proibicionista	83
+	●	Fluxo de Problemas	76
+	●	Fluxo de Soluções	24

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Cada arquivo que foi categorizado no NVivo11, recebeu um rótulo entre antiproibicionista, proibicionista ou neutro. A classificação como antiproibicionista significa que no arquivo os argumentos usados estavam ligados à coalizão antiproibicionista da política das drogas; já os arquivos categorizados como proibicionista, dizem respeito aos argumentos da coalizão proibicionista; enquanto os considerados neutros, apresentaram argumentos de ambas as coalizões e em um pé de igualdade. Esse recurso nos possibilitou fazer uma “valência” do conteúdo publicado no jornal ao longo dos anos para se encontrar a coalizão que teve mais espaço na mídia em cada período (FERNANDES, 2016).

RESULTADOS OBTIDOS

Um dos primeiros achados da pesquisa foi de um significativo aumento da presença da temática das drogas ao longo dos anos estudados. Na Figura 3, é possível observarmos como ele se deu. A elaboração do gráfico foi a partir da quantidade de materiais coletados em cada um dos anos. Em verde, há uma linear que demonstra como ocorreu o desenvolvimento médio do interesse pela temática. Nota-se que há dois picos de interesse, nos quais a quantidade de reportagens no ano ficou acima da linear: em 2009 e no período de 2013 até 2015. Os anos de 2003 e 2004 não estão sendo considerados, já que devido ao baixo número de material a média vai ficar necessariamente abaixo.

Figura 3 – Interesse na temática ao longo dos anos



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Analisando o conteúdo do material do ano de 2009, uma das novidades encontradas foi a presença do ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso (FHC) como um dos personagens que se colocaram no debate junto da coalizão antiproibicionista. Southier (2016), em sua dissertação de mestrado, analisou o campo discursivo sobre as drogas e o posicionamento de FHC. Ela diz que o ex-presidente passou a se engajar com o tema das drogas desde 2008, ano da formação da Comissão Latino-americana sobre Drogas e Democracia, que era composta por ex-presidentes e personalidades de diversos países. Essa Comissão foi criada em função da reunião das Nações Unidas (ONU), em 2009, na qual a Comissão apresentou o relatório intitulado *Drogas e democracia: rumo a uma mudança de paradigma*⁶.

Já nos anos de 2013 e 2014, algumas novidades que podem ajudar na explicação do aumento acima da linear é o fortalecimento dos argumentos sobre o uso medicinal da maconha, o qual figura entre um dos principais argumentos usados pela coalizão antiproibicionista nesse período. Mesmo que não seja uma novidade, pois foi usado pela primeira vez no jornal no ano de 2009, este é o momento em que ele ganha relevância na discussão. Já na coalizão proibicionista, à medida que aumentou a presença do argumento sobre o uso medicinal da maconha, aumentou o referente aos danos à saúde causado pelo uso da substância. Isso serve para demonstrar o aspecto relacional entre os movimentos, assim como o proposto por Abers, Silva e Tatagiba (2018), onde foi sugerido que ao invés dos movimentos sociais se relacionarem com um “contexto político”, inserem-se em relações de interdependência envolvendo diversos atores com os quais interagem rotineiramente. Posteriormente, serão apresentados os argumentos mais usados ao longo dos anos estudados. Outro acontecimento que marcou esse período foi a aprovação da lei que legalizou e regulamentou o mercado da maconha no Uruguai, em 2014 (FERRARI; NERES, 2015).

O ano de 2015 foi o que mais teve publicações referentes à temática das drogas no jornal, foram mais de 50. Neste ano ocorreram duas coisas que convém destacar como relevantes para o recorde de publicações. A primeira é o início da

⁶ O relatório pode ser acessado em http://www.koinonia.org.br/bdv/detalhes.asp?cod_artigo=344&cod_boletim=31. O acesso foi feito em julho de 2020.

tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF) do julgamento sobre a descriminalização do porte de drogas para o consumo pessoal, que teve 13 publicações abordando especialmente sobre isso. O outro ponto é a mudança da posição do jornal Zero Hora sobre a questão da maconha. Em um editorial publicado em 08 de março de 2015, o jornal diz que “é a favor da legalização da maconha”. Na Figura 4, está o recorte com os dizeres da mudança de posição, sendo que nos editoriais anteriores ele se colocava como contrário.

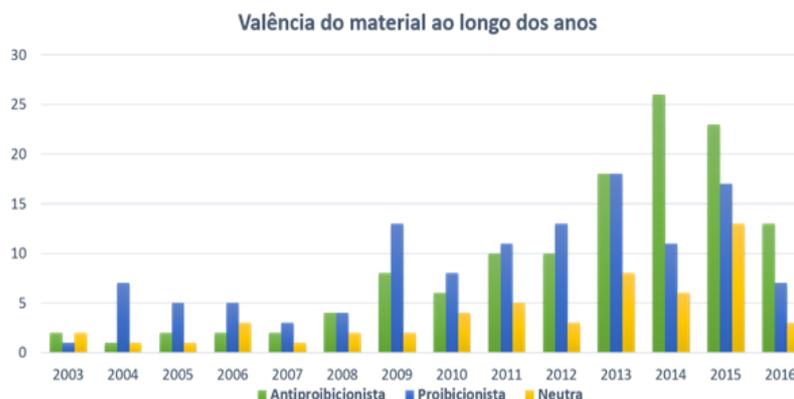
Figura 4 – Editorial do Jornal Zero Hora de 08 de março de 2015

Nossa opinião sobre a legalização da maconha

Na edição de hoje, o Grupo RBS declara em editorial que é a favor da legalização da maconha. É o primeiro de uma série de editoriais

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Um outro resultado encontrado na pesquisa é a distribuição de “valência” dos materiais publicados ao longo dos anos no jornal. Na Figura 5, vemos em “verde” a quantidade de publicações consideradas antiproibicionistas; em “azul” as consideradas proibicionistas; e, em “amarelo” as que possuíam argumentos proibicionistas e antiproibicionistas em um pé de igualdade, em outras palavras, o espaço dado para ambas as coalizões foram similares. Constata-se na figura que a quantidade de publicações proibicionistas predominou até o ano de 2012. Em 2013, proibicionista e antiproibicionista são iguais em quantidade. Enquanto a partir do ano de 2014, materiais considerados antiproibicionistas passam a ser maioria.

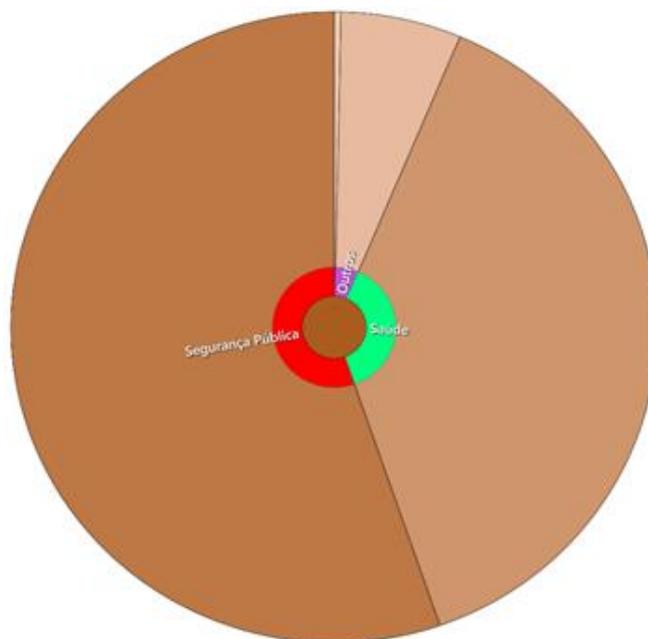
Figura 5 – Valência do material ao longo dos anos

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Dando continuidade a descrição dos resultados encontrados na pesquisa, pretende-se fazer uma divisão entre os argumentos usados pelas coalizões e os agentes encontrados no material. Desta forma, a próxima seção busca tratar dos argumentos, enquanto a seguinte abordará os agentes.

SOBRE OS ARGUMENTOS

A presente seção busca apresentar e discutir os argumentos que foram mais recorrentes no jornal Zero Hora ao longo dos anos estudados. A Figura 6 apresenta a distribuição do montante total de argumentos usados ao longo dos treze anos analisados. Nela, não é feita a diferenciação entre as coalizões dentro dos subsistemas nem os fluxos de problemas e soluções usadas por elas. Na imagem, em vermelho vemos a quantidade de argumentos que foram inseridas na categoria de segurança pública e em verde os que foram categorizados na saúde. Nota-se que, a maior parte dos argumentos situam as drogas como um tema de segurança pública e, logo, como objeto deste subsistema de política. Isso pode indicar o quão inserida está a temática das drogas na discussão por meio da segurança pública.

Figura 6 – Subsistema mais presente

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Para a apresentação dos argumentos, devido a quantidade de dados obtidos, foi feita a escolha de apresentar somente os mais usados em cada um dos 13 anos estudados. Inicialmente, serão apresentados e discutidos os da coalizão proibicionista. Posteriormente, será feito o mesmo com os presentes na coalizão antiproibicionista da política de drogas no Brasil.

No Quadro 1, estão presentes os principais argumentos usados pela coalizão proibicionista. Nota-se que de 2003 até 2010, os argumentos mais usados relacionavam as drogas à segurança pública e a argumentação oscilou entre salientar problemas e propor soluções. Também é possível vermos que nesse período a coalizão apresentou como problemas gerados pelas drogas a violência, criminalidade e acidentes, além de colocar o usuário como o culpado por suas consequências, como tráfico e violência. Já a solução mais presente foi aumentar a repressão e endurecer a legislação sobre drogas no Brasil. Porém, a partir de 2011, ocorreu uma mudança nos argumentos mobilizados pela coalizão proibicionista. Seu argumento mais usado passa a abordar as drogas como uma questão de saúde pública. E, também, há uma concentração das manifestações na apresentação de problemas, sem que sejam

ênfatizadas as soluções propostas pela coalizão. O argumento mais mobilizado após 2011 é que as drogas causam danos à saúde do usuário, sendo o mais usado em 5 anos de 6. Só não foi o mais recorrente no ano de 2015, pois neste ano ganhou proeminência o argumento de que a legalização das drogas aumentaria o consumo das mesmas. Cabe lembrar que neste ano iniciou a votação da descriminalização do porte de maconha para o uso pessoal no STF. Uma das possíveis explicações para esse deslocamento do enquadramento do “problema das drogas” como questão de segurança para o enquadramento como questão de saúde pública pode ser o fortalecimento do argumento do uso medicinal da maconha pela coalizão antiproibicionista.

Quadro 1 – Argumentos da coalizão proibicionista

TABELA 1: COALIZÃO PROIBICIONISTA				
Ano	Argumento	Subsistema	Fluxo	Vezes
2003	Violência, criminalidade e acidentes	Segurança	Problema	3
2004	Aumentar a repressão e endurecer a legislação	Segurança	Solução	7
2005	Aumentar a repressão e endurecer a legislação	Segurança	Solução	6
2006	O culpado é o usuário	Segurança	Problema	3
2007	Violência, criminalidade e acidentes	Segurança	Problema	3
2008	Tratamento	Saúde	Solução	3
2009	Aumentar a repressão e endurecer a legislação	Segurança	Solução	6
2010	Violência, criminalidade e acidentes	Segurança	Problema	4
2011	Danos à saúde	Saúde	Problema	6
2012	Danos à saúde	Saúde	Problema	8
2013	Danos à saúde	Saúde	Problema	26
2014	Danos à saúde	Saúde	Problema	18
2015	Aumentará o consumo	Saúde	Problema	10
2016	Danos à saúde	Saúde	Problema	8

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Já no Quadro 2, estão presentes os argumentos mais usados pela coalizão antiproibicionista da política de drogas. É possível ver que a maioria vincula a política de drogas proibicionista à geração de problemas de segurança pública e predominam nos materiais a formulação e apresentação de soluções aos problemas identificados. A estratégia identificada na coalizão antiproibicionista é que ela busca identificar um

problema causado pelo proibicionismo e, a partir disso, apresenta uma solução para ele. O argumento mais usado é o referente à descriminalização, legalização e regulamentação das drogas, pois isso resolveria os problemas causados, como o do encarceramento em massa. As poucas vezes que o argumento mais usado se vinculou à saúde pública foi para apresentar a solução de tratar a questão das drogas enquanto política de saúde, ao invés da segurança, e para defender o uso medicinal da maconha. O argumento sobre o uso medicinal da maconha foi o mais usado somente em 2014, mas aparece como sendo um dos mais empregados todos os anos a partir de 2012.

Quadro 2 – Argumentos da coalizão antiproibicionista

TABELA 2: COALIZÃO ANTIPROIBICIONISTA				
Ano	Argumento	Subsistema	Fluxo	Vezes
2003	Encarceramento	Segurança	Problema	2
2004	Tratar pela saúde pública	Saúde	Solução	4
2005	Descriminalizar, legalizar e regulamentar	Segurança	Solução	5
2006	Fracasso da política proibicionista	Segurança	Problema	3
2007	Descriminalizar, legalizar e regulamentar	Segurança	Solução	2
2008	Descriminalizar, legalizar e regulamentar	Segurança	Solução	2
2009	Encarceramento	Segurança	Problema	9
2010	Tratar pela saúde pública	Saúde	Solução	5
2011	Descriminalizar, legalizar e regulamentar	Segurança	Solução	4
2012	Encarceramento	Segurança	Problema	5
2013	Descriminalizar, legalizar e regulamentar	Segurança	Solução	18
2014	Maconha medicinal	Saúde	Solução	15
2015	Descriminalizar, legalizar e regulamentar	Segurança	Solução	24
2016	Descriminalizar, legalizar e regulamentar	Segurança	Solução	6

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

SOBRE OS AGENTES

Para mostrar os agentes presentes na discussão sobre a política de drogas no jornal Zero Hora, os resultados serão apresentados de duas maneiras. Primeiramente, será discutido a diversidade de agentes presentes ao longo dos anos estudados. Depois, serão mostrados os que tiverem mais espaço no jornal em cada uma das coalizões estudadas.

Para começar, a Figura 7 apresenta o número de agentes diferentes que estiveram presentes no debate em cada um dos anos. A linha em verde diz respeito

à coalizão proibicionista, enquanto a azul à antiproibicionista. É possível ver que a proibicionista foi mais diversa em número de agentes anuais até 2012. A partir de 2013, a antiproibicionista passa a ter uma diversidade maior de agentes presentes no debate do jornal. Essa mudança também está relacionada a preparação para a mudança de posição do veículo midiático quanto a questão da maconha, que se altera em 2015, como demonstrado anteriormente.

Figura 7 – Quantidade de atores ao longo dos anos



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Devido a quantidade de agentes diferentes que estiveram inseridos no debate do jornal, optou-se por mostrar em uma tabela os mais ativos das coalizões antiproibicionista e proibicionista. O requisito para estar presente na tabela foi ter aparecido pelo menos 10 vezes ao longo dos anos analisados. A partir disso, foi constatado que a coalizão proibicionista teve 4 e a antiproibicionista 6 agentes. No Quadro 3, eles são mostrados. Nota-se que na coalizão proibicionista, os agentes que mais tiveram espaço são psiquiatras e o político Osmar Terra, agente que mais teve espaço no jornal, aparecendo 39 vezes. Já a coalizão antiproibicionista, pareceu mais diversificada e ligada à academia. Estão presentes nela sociólogos, político, ministro do STF, advogado e a diretora do Instituto Igarapé, Ilona Szabó de Carvalho.

Quadro 3 – Principais agentes em cada uma das coalizões

TABELA 3: PRINCIPAIS AGENTES PRESENTES NO JORNAL					
Coalizão Antiproibicionista			Coalizão Proibicionista		
Nome	Área Atuação	Vezes	Nome	Área Atuação	Vezes
Marcos Rolim	Sociólogo	29	Osmar Terra	Político	39
Fernando Henrique Cardoso	Político	24	Sérgio de Paula Ramos	Psiquiatra	19
Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo	Sociólogo	12	Ana Cecília Marques	Psiquiatra	13
Gilmar Mendes	Ministro STF	11	Ronaldo Laranjeira	Psiquiatra	13
Pedro Abramovay	Advogado	11			
Ilona Szabó de Carvalho	ONG	10			

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do trabalho, foi possível constatar que teve um aumento de interesse sobre a temática das drogas no jornal Zero Hora, o qual passou a dar mais espaço ao tema a partir de 2009, quando novos atores entraram na discussão, a exemplo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Anteriormente, a temática não despertava atenção do veículo midiático, tanto é que, no ano de 2006, quando teve a votação da Lei de Drogas 11.343, praticamente não foi noticiada no jornal.

Uma outra conclusão que se chega é que a coalizão antiproibicionista passou a ser mais diversa e receber mais espaço no jornal em comparação com a proibicionista, a partir do ano de 2013. Isso culminou com a mudança de posição do jornal sobre a legalização e regulamentação da maconha em 2015, quando anunciou em editorial que passou a se colocar como favorável.

Também foi possível ver as mudanças nos discursos das coalizões ao longo dos anos. A partir de 2011, a proibicionista passou a usar principalmente argumentos do subsistema da saúde e do fluxo de problemas. Isso pode indicar que a coalizão antiproibicionista passou a ter mais força e penetração social, a partir da inserção no debate de agentes como FHC, do argumento sobre o uso medicinal da maconha e da possibilidade da descriminalização do porte para uso pessoal da maconha. Parece que a partir deste período a coalizão proibicionista entrou na defensiva, parando de apresentar soluções e passando a encontrar problemas nas soluções apresentadas pela coalizão antiproibicionista. Neste sentido, a visão que unifica o enquadramento

mediático como sendo majoritariamente proibicionista parece não se sustentar empiricamente, pois houve mudanças significativas de argumentos, agentes e do próprio posicionamento do veículo midiático. Assim, a explicação da não mudança da lógica proibicionista no período analisado parece estar em outros processos que não a reprodução do proibicionismo na/da opinião pública pela mídia.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca Neaera; SILVA, Marcelo Kunrath; TATAGIBA, Luciana. Movimentos Sociais e Políticas Públicas: repensando atores e oportunidades políticas. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. /, n. 105, p.15-46, set. 2018.

BOITEUX, Luciana. Brasil: reflexões críticas sobre uma política de drogas repressiva. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, [s. /], v. 12, n. 21, Ago 2015.

CARNEIRO, H. **Drogas: a história do proibicionismo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. 500 p.

CHAGAS, Arnaldo Toni Souza das. **A Construção Social da Realidade das Drogas: mídia, discurso e ideologia**. 2011. 99 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Sociologia) - Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2011.

DIANI, Mario. Simmel to Rokkan and beyond: towards a network theory of (new) social movements. **European Journal of Social Theory**, 3(4), p. 387-406, 2000.

FERRARI, Dércio Fernando Moraes; NERES, Geraldo Magella. Políticas públicas no Uruguai em tempos de Mujica: O impacto da legalização do aborto e da maconha sobre a mídia digital brasileira. **Tempo da Ciência**, Cascavel, v. 22, n. 43, p. 55-62, 2015.

FERNANDES, Eduardo Georjão. **Campos de batalha jornalística: os enquadramentos construídos por zero hora, diário gaúcho e sul21 na luta pela (i)legalidade do ciclo de manifestações de 2013, em porto alegre/rs**. 2016. 300 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

FLIGSTEIN, Neil; McADAM, Doug. Toward a General Theory of Strategic Action Fields. **Sociological Theory**, 29(1), p. 2-26, March/2011.

FLIGSTEIN, Neil; McADAM, Doug. **A Theory of Fields**. Oxford: Oxford University Press, 2012a.

FLIGSTEIN, Neil; McADAM, Doug. Response to Goldstone and Useem. **Sociological Theory**, 30(1), p. 48-50, 2012b.

KINGDON, John. **Agendas, Alternatives and Public Policies**. Boston: Pearson Education, 2014.

LEAL, Fabiola Xavier. **Movimento Antiproibicionista no Brasil: discursos e resistência**. 2017. 374 f. Tese (Doutorado) - Curso de Política Social, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

LUNARDON, Jonas Araujo. **"Ei, polícia, maconha é uma delícia"**: o proibicionismo das drogas como uma política de criminalização social. 2015. 46 f. Artigo final (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SABATIER, Paul A.; JENKINS-SMITH, Hank C. **Policy change and learning: An Advocacy Coalition Approach**. Boulder, Westview Press, 1993.

SOUTHIER, Diane. **O Campo Discursivo sobre Drogas e o posicionamento de Fernando Henrique Cardoso**. 2016. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

TAFFARELLO, Rogério Fernando. **Drogas: falência do proibicionismo e alternativas de política criminal**. 2009. 155 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

TORCATO, Carlos Eduardo Martins. Breve História da Proibição das Drogas no Brasil: Uma Revisão. **InterLegere**, Natal, n. 15, p. 138–162, 2013.

TEIXEIRA, Alex Niche; BECKER, Fernando. Novas possibilidades da pesquisa qualitativa via sistemas CAQDAS. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, n. 5, p. 94-113, jan/jun 2001.

VALOIS, Luís Carlos. **O Direito penal da guerra às drogas**. 3ª. ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019.

* Artigo recebido em 15/07/2020,
aprovado em 07/08/2020.